

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 18 a 22 de janeiro de 2016, em Brasília.

A MÁQUINA PÚBLICA E O CAIXA DOIS

A principal marca das eleições de outubro devem ser as acusações de caixa 2 e de uso da máquina pública. A realidade das eleições anteriores e o costumeiro gasto elevado indicam que esse será um forte componente eleitoral nos grandes centros. Sobrepondo-se às propostas para melhorar a vida dos eleitores.

O fundo partidário para 2016 está previsto em R\$ 819 milhões. Isso é pouco perto dos custos das campanhas. Levantamento da ONG Transparência Brasil mostra que em 2012 as

campanhas municipais custaram R\$ 4,6 bilhões. Em 2014, os candidatos gastaram R\$ 5,1 bilhões. A falta de dinheiro pode levar ao lançamento de poucos candidatos – os que tenham chances reais de vencer.

Sem doações de empresas as máquinas governamentais terão grande peso. As contribuições eleitorais estão limitadas às pessoas físicas, que não tem o costume de doar dinheiro. Somando-se aos reduzidos recursos do Fundo Partidário, prefeitos e candidatos que contem com apoio de Poderes Executivos terão vantagem. A eleição vai ficar desigual.

Poder Executivo

Presidência da República	A presidente Dilma Rousseff reuniu-se hoje (18) com os ministros Nelson Barbosa (Fazenda) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente). Amanhã (19), a presidente deve se reunir com o vice-presidente Michel Temer para a primeira reunião de 2016.
Casa Civil	O ministro Jaques Wagner se reuniu hoje (18) com seu assessor Éden Valadares ; e sua secretária-executiva, Eva Maria Chiavon .
Secretaria de Aviação Civil (SAC)	O ministro-interino Guilherme Ramalho concentrou sua agenda em reuniões internas, concedendo apenas entrevista no aeroporto de Brasília/DF.
Secretaria de Portos (SEP)	O ministro Helder Barbalho se reuniu com presidente da Constremac Construções LTDA, Marcos Vinicius Borin , e compareceu à Cerimônia de assinatura do mais novo Terminal de Uso Privado (TUP) no Estado do Maranhão.
Ministério das Cidades (MCid)	Representante do Ministério cumpre agenda em Lima (Peru) para participar da reunião do subgrupo sobre Água, Energia e Saneamento da Rede Setorial de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Rural na América Latina e Caribe .
Ministério da Defesa (MD)	O ministro Aldo Rebelo cumpriu hoje (18) agenda de trabalho em Maceió/AL, onde realizou visita à Capitania dos Portos.
Ministério da Fazenda (MFAZ)	O ministro Nelson Barbosa reuniu-se hoje (18) com a presidente Dilma Rousseff e, na sequência, seguiu para Zurique (Suíça), para participar na

quarta (20) de almoço organizado pelo Itaú sobre as perspectivas para a América Latina em 2016. Desse encontro, também vão participar cerca de 60 altos executivos e o presidente do Banco Central argentino, **Federico Sturzenegger**.

Na quinta (21), o ministro participará de reunião com executivos, no **Business Interaction Group on Brazil**, para discutir oportunidades de investimentos no Brasil e responder perguntas dos executivos sobre a economia brasileira. No mesmo dia, entre outras reuniões, Nelson também comparecerá à de sessão aberta, com transmissão pela internet, para debater como reativar a economia mundial.

Na sexta (22), Barbosa participa de painel com ministros de finanças de países da América Latina com o tema "O caminho para a resiliência socioeconômica". Ao longo da semana, o ministro também terá reunião bilateral com altos executivos, com o secretário do Tesouro americano, **Jacob Lew**, com a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), **Christine Lagarde**, com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB), **Luis Alberto Moreno** e com o ministro de Finanças do Chile, **Rodrigo Valdés**.

O ministro segue acompanhado do presidente do BNDES, **Luciano Galvão Coutinho**, devendo retornar ao País no sábado (23).

Banco Central do Brasil
(BACEN)

O presidente **Alexandre Tombini** concentrou sua agenda em reuniões internas, sem compromisso público nesta segunda (18). Já o Diretor de Administração Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania, **Luiz Edson Feltrim**, participou de reunião com presidente da AEF-BRASIL, no Edifício-Sede do Banco Central em São Paulo/SP.

O Comitê de Política Monetária (Copom), se reúne amanhã (19) e quarta (20), para definir a nova taxa básica de juros, a Selic. A expectativa é que ela seja elevada em 0,5 ponto percentual para 14,75% a.a.

O **Boletim Focus** divulgado hoje (18) estimou A taxa básica de juros, a Selic, deve ser elevada em 0,5 ponto percentual para 14,75% ao ano, pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), que se reúne amanhã (19) e quarta (20). Atualmente, a taxa está em 14,25% ao ano. A projeção para o IPCA, este ano, foi ajustado pela terceira vez seguida, ao passar de 6,93% para 7%. Para o próximo ano, a expectativa é que a inflação fique abaixo do limite superior, mas ainda distante do centro da meta, em 5,40%. A previsão anterior era 5,20%. O teto da meta de inflação para 2017 é 6%. O centro da meta é 4,5%, tanto para este ano quanto para 2017. As instituições financeiras projetam retração da economia, em 2016. A estimativa para a queda do PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país, permanece em 2,99%. Para 2017, as instituições financeiras esperam por recuperação da economia, com crescimento de 1%. A estimativa anterior de expansão era 0,86%. A produção industrial deve apresentar retração de 3,47% este ano, contra 3,45%, previstos na semana passada. Em 2017, o setor deve se recuperar, mas a projeção de crescimento foi ajustada de 1,98% para 1,80%. A projeção para a cotação do dólar segue em R\$ 4,25, ao final de 2016, e foi alterada de R\$ 4,23 para R\$ 4,30, no fim de 2017.

Ministério da Justiça (MJ)

O ministro **José Eduardo Cardozo** encontra-se de férias a partir de hoje (18), devendo retomar suas atividades na próxima segunda (25).

Ministério de Minas e Energia (MME)

O ministro **Eduardo Braga** reuniu-se hoje (18) com a presidente da República, **Dilma Rousseff**.

O diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético, **Jorge Paglioli**, cumpre agenda internacional, a partir de hoje (18), indo ao Japão para participar do Workshop sobre “**Conservação de Energia para o Brasil**”, onde deve permanecer até o próximo dia 31.

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

O diretor-geral **Romeu Rufino** coordena amanhã (19) a 1ª Reunião Pública e Administrativa Ordinária da Diretoria. Na sequência, cumpre agenda em São Paulo/SP, onde participa do evento Latin America Investment Conference 2016. De volta a Brasília/DF, se reúne com os demais diretores da Agência para discutir os resultados do trabalho da empresa refletidos nos empreendimentos em operação e sugestões de aprimoramento das ações da ANEEL para empreendimentos futuros.

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

A ministra **Izabella Teixeira** retornou hoje (18) de suas férias se reunindo com a presidente **Dilma Rousseff**.

Representante do Ministério cumpre agenda internacional em Buenos Aires (Argentina) a fim de participar da **Reunião de Coordenação de Execução – PMARCO**, programa de gestão sustentável dos recursos hídricos da bacia do Rio Prata, quanto aos efeitos das alterações e variabilidade climática.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

O ministro **Armando Monteiro** concentrou sua agenda em reuniões internas hoje (18).

A **balança comercial** divulgada nesta segunda (18) apresentou os resultados da segunda semana de janeiro (cinco dias úteis), a que superávit de US\$ 621 milhões, resultado de exportações de US\$ 3,145 bilhões e importações de US\$ 2,524 bilhões. No mês, as exportações somam US\$ 6,067 bilhões e as importações, US\$ 5,596 bilhões, com saldo positivo de US\$ 471 milhões. Média das exportações do período chegou a US\$ 629 milhões, valor 7,6% maior do que a média da semana anterior (US\$ 584,4 milhões), em razão do aumento nas exportações de básicos (25,3%) - petróleo em bruto, minério de ferro, milho em grão, carne de frango, café em grão, carne bovina e algodão - e manufaturados (2,1%) - principalmente açúcar refinado, aviões, pneumáticos, motores para automóveis, hidrocarbonetos e derivados halogenados, tubos e acessórios de plásticos, calçados e etanol. Já as vendas de produtos semimanufaturados decresceram em 19,2% - celulose, açúcar em bruto, ouro em forma semimanufaturada, semimanufaturados de ferro ou aço, madeira serrada ou fendida, madeira em estilhas. Do lado das importações, a média diária foi de US\$ 504,9 milhões, o que representa uma diminuição de 17,8% em relação à média da primeira semana de janeiro (US\$ 614,4 milhões). Essa retração se deve, principalmente, à queda nos gastos com equipamentos mecânicos, equipamentos eletroeletrônicos, químicos

	orgânicos e inorgânicos, plásticos e obras, farmacêuticos, instrumentos de ótica e precisão.
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)	O ministro Valdir Simão reuniu-se com o representante do PNUD, Niky Fabiancic .
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	O Instituto divulgará nesta sexta (22) o <u>Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15</u> , referente à janeiro; e a <u>Pesquisa Industrial Mensal: Emprego e Salário</u> , referente à novembro/15.
Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)	O ministro Miguel Rosseto cumpre agenda internacional indo a Ufa e Moscou (Rússia) para participar da Primeira Reunião de Ministros do Trabalho e Emprego dos países-membros dos BRICS e, ainda, de reuniões com autoridades daquele país. Seu retorno está previsto para sábado (30).
Ministério dos Transportes (MTrans)	O ministro Antonio Carlos Rodrigues reuniu-se nesta segunda (18) com o Diretor-Presidente da MGO, Helvécio Soares ; esteve com o Diretor-Presidente da Odebrecht Rodovias, Renato Mello ; Diretor-Geral da Rota Oeste – Odebrecht, Paulo Lins ; e o Diretor de Novos Negócios da ISOLUX, Julio César Silva .

Política

Jucá se apresenta como alternativa para o comando do PMDB. Na disputa pela presidência nacional do PMDB, o dono da bola não é Michel Temer, nem Renan Calheiros. Segundo informam aliados, ambos concordam que, para a sigla não se esfacelar nem perder cargos no governo, precisam chegar ao que está sendo chamado de mais um "acordão". A única forma de o PMDB seguir "unido", mesmo com todas as suas divisões e fragilidades, seria levar um fiel da balança a presidir a sigla. Esse nome, discute-se, é o do senador Romero Jucá (RR). Segundo o "acordão", Jucá seria candidato a vice em chapa única encabeçada por Temer. Pouco tempo depois, assumiria o comando enquanto Temer for vice-presidente da República – que ficaria licenciado do cargo da executiva. O senador, por conta disso, mesmo em férias e fora do país, continua sendo procurado. E seu gabinete dá sinais de que as atividades parlamentares estão a toda, apesar do recesso. Michel Temer preside a sigla há 15 anos, e já não tem mais os apoios que tinha antes no Congresso Nacional. Não garante votos necessários nem quando está atuando para ajudar o governo, nem quando trabalha para se manter omissivo na apreciação de matérias com as quais não concorde. Ele e seu grupo, formado pelos ex-deputados Eliseu Padilha (RS) e Moreira Franco (RJ), entre outros, consideram que perder o comando da executiva nacional peemedebista o tornará um vice-presidente ainda mais "decorativo" do que já reclamou ser em carta enviada a Dilma Rousseff em dezembro. Renan Calheiros (AL), por sua vez, a outra ponta desse cabo de guerra, pretende demonstrar mais força para continuar a presidir o Senado e se equilibrar na balança de denúncias que envolvem a Operação Lava Jato, na qual teve o nome citado diversas vezes. Renan também vê uma oportunidade única de acumular poder na presidência do partido e junto ao Palácio do Planalto neste semestre – uma vez que, caso o processo de impeachment passe na Câmara, caberá a ele, como presidente do Senado, conduzir a votação que dará a última palavra do Congresso sobre o tema (a dos senadores).

Dilma levou presidencialismo de coalizão ao fundo do poço, diz Marina. A ex-senadora Marina Silva (Rede) afirmou neste domingo que a presidente Dilma Rousseff levou o presidencialismo de coalizão "ao fundo do poço". Segundo Marina, que foi adversária de Dilma na disputa pelo Palácio do Planalto em 2014,

a presidente "não tem liderança" e se utiliza de "movimentos erráticos" para tentar vencer a crise política e econômica que assola o país. "O presidencialismo de coalizão está no fundo do poço. Começou com duas figuras fortes, que conseguiram implementar suas agendas, os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), principalmente em seus primeiros mandatos. Mas com uma pessoa que não tem liderança própria no processo político, esse presidencialismo não consegue bases para se recompor. É um presidencialismo de confusão e desmoralização", disse Marina, sem citar Dilma nominalmente. A ex-senadora participou neste fim de semana em Brasília de uma reunião da cúpula de seu partido, a Rede Sustentabilidade, para discutir a conjuntura política e econômica do país e algumas questões internas da legenda, que conseguiu se viabilizar somente no fim do ano passado.

PP ficou com R\$ 358 mi de propina, afirma Janot. O esquema de corrupção sustentado pelo PP na Petrobras desviou R\$ 357,9 milhões dos cofres da estatal, entre 2006 e 2014. Os principais operadores eram o ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef. As informações estão na denúncia do MPF oferecida ao Supremo Tribunal Federal contra o deputado Nelson Meurer (PP-PR). O documento aponta a ocorrência de doações oficiais à legenda para disfarçar a propina. As investigações que se desenvolvem em Curitiba têm também como alvos o PT e o PMDB no esquema da Lava Jato, embora o PP seja o primeiro partido a ter seu esquema de corrupção devassado. De acordo com o PMF, as três legendas controlavam áreas estratégicas da Petrobras, dominando diretorias e empresas beneficiárias diretas dos valores desviados. "Os valores ilícitos destinavam-se não apenas aos diretores da Petrobrás, mas também aos partidos políticos e aos parlamentares responsáveis pela indicação e manutenção daqueles nos cargos", disse Janot na denúncia contra Meurer, no Inquérito 3.997, que o STF ainda vai analisar. A denúncia do MPF sustenta que a propina chegava aos políticos "de maneira periódica e ordinária, e também de forma episódica e extraordinária, sobretudo em épocas de eleições ou de escolhas das lideranças". "Em épocas de campanhas eleitorais eram realizadas doações 'oficiais', devidamente declaradas, pelas construtoras ou empresas coligadas, diretamente para os políticos ou para o diretório nacional ou estadual do partido respectivo", apontou Janot. "Em verdade, (as doações) consistiam em propinas pagas e disfarçadas do seu real propósito". Este ano, a força-tarefa da Lava Jato vai acionar os partidos na Justiça, via ação cível pública, por desvios na Petrobras. Até agora, só pessoas físicas foram imputadas.

Vetos de Dilma ao Plano Plurianual dividem opiniões de deputados. Deputados manifestaram-se a favor e contra os vetos da presidente Dilma Rousseff ao Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. O PPA é uma das leis orçamentárias e estabelece os projetos e programas de longa duração do governo, definindo metas para um período de quatro anos. O plano foi aprovado pelo Congresso em dezembro e sancionado nesta semana (Lei 13.249/16) pela presidente, mas com muitos vetos, sobretudo nos anexos que tratam de iniciativas, objetivos e metas de programas da União. Na maioria das vezes, Dilma justificou o veto afirmando que o PPA é redundante ao reproduzir pontos já contemplados em outros programas temáticos previstos no próprio plano. O relator do PPA, deputado Zeca Dirceu (PT-PR), não contestou esses vetos e avaliou que é normal alguns cortes no texto, diante do elevado número de emendas que deputados e senadores fizeram à proposta original do Executivo (PLN 6/15). "O governo procurou deixar o texto bastante enxuto. A redundância pode ter aparecido pelo cuidado que tive de acolher o maior número possível de emendas e, muitas delas, tratavam de ações que, em grande parte, o próprio governo federal já tinha proposto. Os vetos não mudam a essência do que o Congresso aprovou", afirmou Zeca Dirceu. Prevendo "confronto com o pacto federativo", Dilma vetou, por exemplo, a previsão de auditoria da dívida pública com participação de entidades da sociedade civil. A presidente argumentou que a gestão dessa dívida é realizada pelo Tesouro Nacional com transparência, controle social e auditorias periódicas da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Negociações em torno da nova CPMF devem dominar pauta no retorno do Congresso. Com a sanção na última semana do Orçamento Geral da União de 2016, que prevê a arrecadação federal de pelo menos R\$ 10,3 bilhões com a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o assunto deve dominar as discussões a partir de fevereiro, quando acaba o recesso legislativo. Enviada ao Congresso em setembro, a proposta de emenda à Constituição que recria o tributo, PEC 140/15, é polêmica e promete enfrentar muita resistência. Para o tributo gerar o que o governo espera para 2016, a proposta precisa ser aprovada até maio, mas o contribuinte só sentirá os efeitos no bolso a partir de setembro, uma vez que ele só pode entrar em vigor três meses após virar lei. A proposta está em análise na Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Se aprovada a admissibilidade, vai para uma comissão especial e depois para votação em dois turnos no plenário da Câmara e outros dois no plenário do Senado. O texto prevê que 0,2% de cada transação bancária vá para o governo federal financiar a Previdência Social. Por causa do aumento do número de beneficiários e do reajuste dos pagamentos na justificativa da proposta, a estimativa é que o déficit da Previdência aumente de R\$ 88 bilhões para R\$ 117 bilhões em 2016. A cobrança está prevista para durar até 31 de dezembro de 2019.

Advogados de Delcídio aguardam fim do recesso para apresentar defesa do senador. O fim do recesso do Poder Legislativo, no dia 2 de fevereiro, terá efeito importante sobre o caso do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), que está preso desde o dia 25 de novembro de 2015. A partir desta data voltam a contar os prazos do processo de cassação do mandato do parlamentar no Conselho de Ética do Senado. Segundo o advogado Antônio Figueiredo Basto, que defende Delcídio no Senado e na Justiça, a defesa prévia deverá ser entregue o mais rapidamente possível, antes do fim dos dez dias de prazo. “A intenção é apresentar a defesa o quanto antes, talvez até antes do fim do recesso, mas isso ainda estamos vendo”, disse Basto à Agência Brasil. De acordo com o advogado, também em fevereiro, logo que termine o recesso no Judiciário, a defesa de Delcídio entrará com novo pedido de soltura. Na opinião de Basto, “é um absurdo” que o senador ainda esteja preso em flagrante desde novembro. Para ele, fica claro nas gravações que levaram à prisão de Delcídio que “os diálogos não tiveram qualquer efeito prático e o embasamento da prisão apresentado pelo Ministério Público configura mais um pedido de prisão preventiva que flagrante”. “No Senado, a defesa vai ser a mesma que estamos apresentando em juízo, com a mesma estrutura lógica. Vai mostrar o absurdo que é essa operação, que na minha opinião é absolutamente nula. Primeiro porque parte de uma prova que foi industriada por um agente que tinha interesse na prova, então aquela gravação é nula. Segundo, porque toda aquela conversa não teve nenhum efeito processual e concreto. Então foi uma conversa entre as pessoas que estavam ali, sem qualquer efeito concreto”, afirmou.

Judiciário

Presidentes de tribunais estaduais articulam criação de novo conselho. Um lobby de presidentes de tribunais estaduais articula a criação, por emenda constitucional, do Conselho da Justiça Estadual. Teme-se que o futuro órgão venha a subtrair atribuições do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na avaliação de ex-presidentes e ex-corregedores do CNJ, as cortes estaduais têm sido as mais resistentes ao controle externo e as que mais cometem abusos. O movimento é apoiado pelo ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ. Sua intenção é dar status constitucional ao “Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil”, grupo de pressão rebatizado recentemente com o nome de Conselho dos Tribunais de Justiça. Esse colégio não pertence à estrutura formal do Poder Judiciário. Sem sede fixa, costuma se reunir em tribunais estaduais ou em resorts, com patrocínio público e privado. “Aparentemente, o que está por trás dessa proposta é dar poderes a um novo conselho, esvaziando ainda mais o CNJ”, diz o juiz trabalhista Rubens Curado. Ele ingressou no CNJ em 2007, foi juiz auxiliar da presidência, secretário-geral e membro do colegiado. O desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, diz que há “preconceito”. Ele considera um “equivoco” imaginar que o novo órgão venha a comprometer a atuação do CNJ.

Distrato: Ministro determina devolução de 90% do valor de imóvel a comprador. Decisão de um ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisões de outras instâncias judiciais que garantiram a devolução ao comprador de 90% do valor pago por um apartamento em razão da rescisão do contrato de compra com a construtora (distrato). A ação envolve a compra na planta de um apartamento em Águas Claras, cidade satélite de Brasília, em março de 2011. O valor do imóvel foi de R\$ 212 mil, com o pagamento de um sinal, comissão de corretagem e prestação mensal de R\$ 357, corrigida mensalmente pelo INCC. Em abril de 2014, quatro meses após a data prometida para entrega do imóvel e sem qualquer previsão para o término da obra, o comprador decidiu rescindir o contrato. O total pago então somava R\$ 64.196,99. De acordo com o contrato, a rescisão por desistência do comprador representaria a perda de 40% do total pago. Inconformado, o comprador entrou na Justiça alegando a abusividade desse percentual e requerendo uma retenção de no máximo 10% do valor pago. Na sentença, o juiz de primeira instância concordou com os argumentos apresentados ao salientar que a retenção de 10% “é suficiente para cobrir eventuais prejuízos advindos do desfazimento do negócio”, condenando a construtora a devolver 90% do

valor pago, em parcela única. A construtora recorreu então ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), que manteve a sentença de primeiro grau. Na decisão, o desembargador considerou o percentual de 40% “claramente excessivo” e a cláusula do contrato “abusiva”. A construtora recorreu então ao STJ. A causa foi analisada pelo ministro Moura Ribeiro, da Terceira Turma do STJ. Na decisão, que ainda será avaliada pelos demais ministros da turma, Moura Ribeiro manteve as decisões anteriores.

Último Foco

Rio 2016 enfrenta atrasos em obras, falta de voluntários e corte de custos. A vinda do Comitê Olímpico Internacional ao Rio de Janeiro para a reunião de revisão de projetos, na semana passada, coincidiu com uma série de problemas em relação às Olimpíadas que começam daqui a 201 dias, 5 de agosto. Desde obras paradas, passando por falta de voluntários e o processo de corte de custos do Comitê Rio 2016, entidade organizadora dos Jogos. A principal questão nas obras é em relação à reta final da construção do Centro de Tênis e da reforma do Centro de Hipismo, que estão paradas. O imbróglio é entre a Prefeitura do Rio e a construtora Ibeg. No tênis, a empresa lidera o consórcio ITD com Tangram e Damiani, e no hipismo opera sozinha. Na última quarta-feira, a Prefeitura anunciou o rompimento de contrato na obra do tênis pelo não cumprimento dos prazos e cláusulas contratuais, além de multar o consórcio em R\$ 11 milhões. No dia seguinte, o Município suspendeu a multa ao consórcio e estipulou prazo de cinco dias para a defesa da empresa. As decisões aconteceram após uma semana de protestos de operários da obra que foram demitidos sem que o consórcio pagasse as rescisões. Houve manifestações em frente ao Parque Olímpico e o galpão da fiscalização do Centro de Tênis acabou incendiado. A Prefeitura assumiu o pagamento aos ex-operários, e Eduardo Paes acusou a Ibeg de ter feito “chantagem”. A Ibeg já havia sido notificada pela Prefeitura por atraso na obra no Centro de Hipismo. A construtora entrou com duas ações na Justiça. Uma liminar para não ser afastada da obra do hipismo, e com outra para que a Prefeitura apresentasse os projetos básicos das duas frentes de trabalho em 24 horas. Segundo a Ibeg, a demora para apresentação dos projetos básicos e o atraso nos repasses dos recursos comprometeram os trabalhos. Em uma planilha da Riourbe, no entanto, verifica-se que 30 das 33 parcelas foram repassadas à Ibeg antes da data do vencimento das faturas. O Centro de Tênis do Parque Olímpico está 90% concluído. Já consumiu 149,6 milhões de dinheiro do governo federal e tem custo final estimado em R\$ 175,4 milhões, sem contar os R\$ 36 milhões de aditivos pela inflação e pela mudança de projeto, que elevaram o custo final para R\$ 211,4 milhões. Já o Centro de Hipismo tem previsão de custo de R\$ 157,1 milhões, também com recursos do governo federal e execução da Prefeitura. As duas instalações já receberam evento-teste e deveriam ter sido concluídas até o final do ano passado. O velódromo, obra mais atrasada do Parque Olímpico, teve o seu evento-teste adiado de março para o fim de maio.

Creci alerta para lavagem de dinheiro no setor imobiliário. O Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci) de São Paulo está empenhado em combater um crime que vem preocupando o setor: o de lavagem de dinheiro no mercado imobiliário. Caso recente na Capital Paulista reacendeu a discussão em torno do problema e uma das prioridades, agora, é alertar corretores e imobiliárias. A informação foi prestada pelo presidente do Creci-SP, José Augusto Viana Neto, que participou nessa sexta-feira (15) do encontro com representantes do Conselho de 57 cidades da região, ocorrido na Associação Comercial e Industrial de Bauru (Acib). “Se alguém tem uma atitude suspeita, o corretor é obrigado a comunicar o conselho de controle de atividade financeira”, diz. Ele alerta para os indícios de fraude, destacando que em Bauru ainda não há nenhum caso identificado. “Quando a pessoa paga em dinheiro ou manda fazer a escritura com valor inferior ao que está pagando; Alguém que vai comprar um imóvel e o coloca em nome de terceiros; quando o pagamento é feito de forma fracionada, com cheques de várias emissões”, enumera. Viana acrescenta que são suspeitas também as transações realizadas mediante negociata com objetos de valor. “No caso de oferecer joias, barcos, automóveis como pagamento. Não quer dizer que isso tudo signifique irregularidade, mas é suspeito e o mercado é obrigado a comunicar. O objetivo é evitar que o imóvel seja usado para lavagem de dinheiro”, reforça Viana. O problema ganhou mais atenção quando, recentemente, um investidor que exerce cargo comissionado na Prefeitura de São Paulo foi acusado de corrupção. “Ele tem mais de 100 imóveis que adquiriu de algumas imobiliárias e apresentou atitudes suspeitas, perceptíveis no momento da aquisição, segundo dados divulgados pelo Ministério Público (MP)”, enfatiza o presidente do Creci-SP. “No entanto, era obrigação das imobiliárias comunicar sobre a possível fraude. Esse é outro motivo para o alerta aos corretores, pois as empresas que não comunicam ficam

sujeitas a uma sindicância administrativa. E a denúncia é muito importante para maior eficácia no combate ao crime de lavagem de dinheiro no mercado imobiliário”, atesta.

Governador do DF sanciona leis que podem agilizar negócios imobiliários. O Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, assinou ontem a sanção das leis que irão criar melhores condições para agilizar os negócios imobiliários no Distrito Federal. Uma lei promove modificações na Outorga Onerosa de Alteração de Uso (Onalt), cobrada quando há mudança na finalidade de um terreno com valorização imobiliária, e na Outorga Onerosa do Direito de Construir (Odir), taxa aplicada em caso de autorização para construir, além do potencial básico previsto inicialmente antes dos PDLs. Outra lei sancionada corrige o Anexo VII do Plano Diretor Local (PDL) de Taguatinga e define parâmetros urbanísticos com o seu respectivo endereçamento. Isso corrige um erro material ocorrido desde a promulgação do PDL de Taguatinga há mais de 18 anos. “Essas novas leis darão agilidade maior (ao setor imobiliário), a novidade é que a partir desta legislação haverá possibilidade real de instalação de postos de combustíveis em outras áreas com pagamento de Onalt”, ressaltou Rollemberg na cerimônia de sanção, realizada no Palácio do Buriti, sede do governo. “Pretendemos agilizar os procedimentos para aprovação de projetos imobiliários. Este é um setor muito importante para a economia do DF e, especialmente num momento em que temos muitos desafios pela frente, tudo o que contribuir para agilizar a economia, para a geração de oportunidades de empregos é extremamente importante para todos nós”, disse o Governador. “Esta sanção foi um passo importante para resolver o problema burocrático na aprovação de projetos imobiliários no DF”, disse Paulo Muniz, Presidente da ADEMI-DF, enfatizando que os lançamentos do setor vêm sendo extremamente prejudicados há muitos anos, o que engessa o mercado imobiliário. Segundo Paulo Muniz, a expectativa do setor imobiliário é que as alterações proporcionem regras mais claras e menos burocráticas com a finalidade de atribuir mais agilidade aos negócios do setor e, principalmente, facilitar o acesso da população à casa própria e aos imóveis comerciais. A Diretoria e os associados da ADEMI-DF colaboraram com o GDF e também com a Câmara Legislativa ao prestar informações técnicas na elaboração e nas discussões dos projetos transformados em lei. Os empresários do setor imobiliário e da construção civil compareceram em peso à solenidade de sanção esta tarde.

CNI quer tirar acidentes no trajeto do cálculo de risco de trabalho. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) vai insistir com o governo na retirada dos acidentes de trajeto do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), mecanismo adotado para reduzir ou aumentar as alíquotas dos Riscos Ambientais de Trabalho (RAT). O RAT é uma contribuição previdenciária paga pelo empregador para cobrir os custos com trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais. O entendimento é que as empresas não têm como realizar medidas de prevenção para um tipo de acidente que ocorre fora da companhia. Levantamento da CNI mostra que, enquanto a taxa de acidentes dentro das empresas sofreu redução, as ocorrências no percurso entre o serviço e a casa do trabalhador cresceram 41,2% entre 2007 e 2013 e representam 20% dos acidentes de trabalho no Brasil. Aplicado desde 2010, o FAP dá bônus às empresas que investem em prevenção de acidentes e pune as que têm um número elevado de ocorrências. As companhias podem ter uma diminuição de 50% ou aumento de 100% na alíquota dos RAT - de 1%, 2% ou 3% sobre a folha de pagamentos com base nos índices de frequência, gravidade e custo dos acidentes. O presidente do Conselho das Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan, explicou que, apesar dos investimentos feitos para reduzir acidentes de trabalho, as empresas acabam não tendo uma diminuição das alíquotas do seguro, pois os acidentes de trajeto não param de crescer. Em 2013, do total de óbitos registrados no Brasil como acidente de trabalho, 43,4% ocorreram no trajeto. Furlan já conversou com o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, sobre o assunto, mas ainda não teve uma resposta. Na avaliação de Furlan, as empresas não têm como controlar ou adotar medidas para evitar os acidentes de trajeto. “Não tem razão para incluir como acidente de trabalho. É um risco fora do controle da empresa”, diz. Segundo ele, mesmo em situações em que a empresa oferece ônibus fretado, por exemplo, não está livre de acidentes no trajeto. “Adotamos todos os mecanismos para evitar acidente.”

Novas regras apontam 'tarifaço' nas rodovias em 2016. Três anos e meio após a presidente Dilma Rousseff anunciar um engenhoso plano para derrubar em 20% as tarifas da energia elétrica, o país convive hoje com preços muito maiores. Somente em 2015, o aumento registrado foi de 50%. O fracasso da estratégia poderá se repetir agora no setor de transportes, com a disparada nas tarifas de pedágio que resultará da Lei dos Caminhoneiros (13.103/15), promulgada por Dilma em abril do ano passado. Disposto a encerrar o desgaste político causado pela tumultuada greve dos caminhoneiros, o governo desafiou a

opinião de técnicos que alertavam: em pouco tempo, o peso da lei sobre os custos das concessionárias de rodovias iria comprometer, ou até neutralizar, as vantagens oferecidas aos caminhoneiros do país. Assim que a lei começou a valer, as concessionárias de estradas federais deixaram de cobrar pedágio para os eixos suspensos dos caminhões. Essa era uma das principais reivindicações dos motoristas, que costumam levantar alguns eixos quando os veículos estão descarregados. O fim dessa cobrança já começou a corroer a receita das concessionárias, que no ano passado fizeram reajustes para absorver a perda. Várias empresas foram autorizadas a aumentar as tarifas em mais de 15%, casos da EcoSul (18%) e da CRO (15,2%). Esses valores ainda se somaram à correção da inflação e demais custos, o que resultou em reajustes salgados em diversas rodovias. Os aumentos, entretanto, não param por aí. A partir deste ano, as concessionárias terão que incorporar outros custos inerentes à Lei dos Caminhoneiros. O mais pesado é resultado de uma nova curva de gastos com a manutenção do pavimento, já que o governo aumentou a tolerância para os motoristas que trafegam com excesso de carga. A lei aumentou de 5% para 10% o limite de peso extra tolerado. Para a Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias (ABCR), a flexibilização diminuirá sensivelmente a vida útil do pavimento. "Quando você projeta uma casa para dois andares e resolve construir o terceiro, é grande o risco dela cair", ilustra o diretor da ABCR, Flávio Freitas.

Crédito para empresa cai ao nível de 2004. Os financiamentos liberados para empresas recuaram para o menor patamar em mais de dez anos, quando só começava o mais recente ciclo de expansão no crédito. Os motivos foram desde a queda nas vendas e a alta nos estoques -consequências da recessão- até a falta de confiança para novos investimentos diante da crise e a desestruturação dos setores de óleo e gás e de infraestrutura, um dos que mais demandavam crédito, após a Lava Jato. Também pesou para o freio o aumento dos juros. A taxa do capital de giro, por exemplo, subiu de 30,2% para 47,1% de janeiro a novembro, segundo o Banco Central.

Alckmin rompe com empreiteiras e suspende mais uma obra do metrô. O Metrô de São Paulo rompeu contrato com o consórcio formado pelas empreiteiras Andrade Gutierrez e CR Almeida e travou as obras de construção da linha 17-ouro. A informação foi revelada nesta segunda-feira (18) pelo jornal "Valor Econômico" e confirmada à reportagem pela assessoria de imprensa do metrô. A linha, que liga o aeroporto de Congonhas (zona sul) ao estádio do Morumbi (zona oeste), foi prometida pela gestão do governador Geraldo Alckmin (PSBD) para ser inaugurada antes da Copa do Mundo no Brasil, em junho de 2014. O consórcio encerrado era responsável pela construção de três das oito estações da primeira fase da linha e o pátio de manobras. O rompimento teria ocorrido após o Metrô identificar após vistorias que as obras não avançavam como o esperado. Procurado, o Metrô não comentou essas informações até o fim da manhã desta segunda (18). Em agosto, a Folha de S.Paulo revelou que o governo estadual congelou a construção de 17 de 36 estações dos monotrilhos das linhas 15-prata e 17-ouro. A decisão deixou em aberto as obras de 21,9 km dos 44,4 km prometidos pelo Estado -inclusive para levar a rede sobre trilhos até a favela de Paraisópolis, na zona sul, e Cidade Tiradentes, no extremo leste. Alckmin lançou em novembro um novo pacote para concessões de rodovias, aeroportos, metrô e para o sistema de ônibus intermunicipais no valor total de R\$ 13,4 bilhões. A gestão tucana incluiu no pacote a concessão da operação da linha 5-lilás do metrô, que atualmente opera entre as estações Capão Redondo e Adolfo Pinheiro, na região de Santo Amaro, zona sul da capital paulista. Ao todo, são 9,3 km de extensão e atende diariamente a cerca de 250 mil pessoas.

Perspectiva para mercado imobiliário residencial se enfraquece, diz Fitch. A perspectiva para o mercado imobiliário residencial e de hipotecas no Brasil se deteriorou em 2016 em comparação com o ano passado, disse a agência de classificação de risco Fitch, afirmando que a recessão econômica e os juros altos pesam sobre o setor no país. O setor no Brasil tem uma perspectiva estável/negativa, enquanto a maioria dos países em relatório anual da Fitch possuem perspectiva estável ou estável/positiva. "No Brasil, a crise econômica, a queda na renda real das famílias, o crédito cada vez mais restrito e restrições de acessibilidade significam que esperamos um novo declínio de preços em termos reais de cerca de 10% neste ano", disse a Fitch. "Esperamos que os novos volumes de empréstimos permaneçam deprimidos em 2016, embora possam começar a se estabilizar em termos reais em 2017 dependendo da disponibilidade de poupanças". A perspectiva estável/negativa do Brasil é a mesma atribuída pela Fitch à África do Sul, enquanto o México tem perspectiva estável.

Sebrae se reúne com confederações para discutir novas regras do ICMS. O Sebrae promove nesta terça-feira (19) reunião com as entidades ligadas ao comércio para discutir e propor alterações nas regras de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A reunião acontecerá às 10h, no escritório do Sebrae Nacional em São Paulo, localizado na Avenida Paulista (Ed. Ouroinvest, nº 1728, 3º andar). As propostas apresentadas serão levadas para a reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), na quarta-feira (20), no Ministério da Fazenda, em Brasília. Desde o início do ano, o contribuinte passou a ser responsável pelo cálculo da diferença entre as alíquotas cobradas no estado de origem e na unidade de destino do produto. A medida também obriga o empresário a se cadastrar no fisco do estado para o qual está vendendo, ou seja, o empresário terá que se registrar em até 27 secretarias de fazenda diferentes. A decisão afeta diretamente todas as empresas incluídas no Simples Nacional que fazem operações interestaduais. O presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, ressalta que essa medida burocratiza e aumenta o custo das micro e pequenas empresas e que os empreendedores podem contar com a ajuda da instituição para reverter essa determinação. “O Sebrae está disposto a apoiar as sugestões e possíveis ações na Justiça que visem a acabar com essa determinação, que é um retrocesso no processo de desburocratização e de diminuição da carga tributária que temos conseguido implementar no Brasil desde a criação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa”, afirma. As novas regras valem para todas as atividades, mas os donos de pequenos negócios que atuam no e-commerce estão entre os principais prejudicados. “Isso pode inviabilizar milhões de pequenos negócios que vendem seus produtos para outros estados e pode levar essas empresas a fecharem as portas”, destaca Afif.